

ACTIVIDADE DO CONSELHO DE DEONTOLOGIA DE COIMBRA NO ANO DE 2002

A Lei n.º 80/2001, alterando o Estatuto da Ordem, criou os Conselhos de Deontologia, aos quais cabe, essencialmente, velar pelo cumprimento das normas de deontologia profissional por parte dos advogados com domicílio profissional na área do respectivo distrito e exercer o poder disciplinar em 1.ª instância relativamente a esses advogados.

Anteriormente, essas funções competiam aos Conselhos Distritais. Como é sabido, o Presidente do Conselho Distrital anterior, Dr. José Augusto Ferreira da Silva, decidiu recandidatar-se, apresentando a sufrágio uma lista e um programa de continuidade da acção daquele Conselho. No mesmo espírito de continuidade, apresentou-se para o recém-criado Conselho de Deontologia uma lista presidida pelo membro do Conselho Distrital cessante que nele presidia à Comissão de Ética e Disciplina.

Essa lista foi eleita em Dezembro de 2001, com 89,89% de votos favoráveis.

O Conselho assim eleito tomou posse em 12 de Janeiro de 2002, ao mesmo tempo que o novo Conselho Distrital.

No programa de candidatura da lista eleita dizia-se o seguinte:

“Tal como já foi timbre do Conselho Distrital cessante, esta candidatura propõe-se, como objectivo essencial, defender intransigentemente a honra e o prestígio da profissão, da Ordem e dos advogados. Para tanto, não hesitará em punir severamente aquelas infracções – felizmente raras – que, pela sua gravidade, são intoleráveis, desprestigiam a profissão e envergonham todos os advogados. Mas também não deixará, no que estiver ao seu alcance, de defender os Colegas que são vítimas de queixas infundadas, maliciosas ou até caluniosas.

Entre esses dois extremos, procurar-se-á preferentemente exercer uma acção pedagógica e preventiva, sobretudo relativamente aos jovens advogados.

Propomo-nos também utilizar ao máximo os poderes que a lei confere aos Conselhos de Deontologia para diligenciar resolver amigavelmente as desinteligências entre advogados.

Esforçar-nos-emos, na esteira do que tem vindo a ser feito pelo Conselho Distrital cessante, por reduzir o tempo de duração dos processos, procurando, dentro do legalmente possível, acelerar e agilizar o seu andamento.”

Desde que tomou posse, o Conselho procurou dar cumprimento a estes objectivos e princípios de orientação.

Terminado o primeiro ano de mandato, cumpre fazer um balanço do trabalho durante ele desenvolvido.

###

No ano de 2002 foram autuadas 338 participações contra advogados e advogados estagiários. Cerca de 50% delas foram apresentadas por particulares, 40% por entidades oficiais externas à Ordem e 10% por órgãos da Ordem ou por outros advogados.

Dessas 338 participações, 254 deram lugar a processos de apreciação liminar, 82 a processos disciplinares e 2 a processos de inquérito.

A primeira nota que ressalta destes dados é o elevado número de participações. Esse número vem crescendo notoriamente de ano para ano, quer porque aumenta o número de advogados, quer porque se tornou moda fazer queixa deles, com razão ou sem ela.

A enorme maioria dessas queixas revela-se infundada. Com efeito, dos 286 processos de apreciação liminar decididos só 73 deram lugar à instauração de processos disciplinares; os restantes foram liminarmente arquivados. E dos 108 processos disciplinares que chegaram ao seu termo apenas 35 deram lugar a condenações.

Deve notar-se que a grande maioria das participações oriundas dos tribunais referem-se a faltas injustificadas de advogados a diligências de processos-crime, que o juiz é obrigado a comunicar à Ordem nos termos do artigo 116 n.º 3 do Código de Processo Penal. É certo que na maior parte dos casos tais participações têm sido arquivadas por não se reunirem todos os pressupostos para que a falta constitua infracção disciplinar; mas não deixa de ser lamentável que muitos colegas, sobretudo dos mais novos, falem sem absoluta necessidade a diligências a que deviam comparecer e não tenham ao menos o cuidado de justificar as faltas.

Quanto às participações providas de particulares, a grande maioria carece de fundamento. Algumas são ridículas ou mesmo absurdas, outras notoriamente maliciosas e eivadas de má fé, outras ainda difamatórias ou caluniosas. É flagrante o abuso do direito de queixa. Trata-se de um problema complicado; por um lado, não pode restringir-se o direito de os cidadãos se queixarem, e não seria razoável exigir-lhes que constituíssem advogado para fazer queixa de outro advogado; por outro lado, porém, é chocante que qualquer indivíduo, crassamente ignorante, mesquinho ou de baixo carácter, possa impunemente bolçar os maiores insultos e as mais graves calúnias sobre advogados sérios e honestos. É certo que nos casos mais graves poderão os colegas ofendidos recorrer à instauração do competente processo-crime; mas quando tal reacção se não justifique a impunidade é total. Talvez devesse encarar-se a hipótese de a instauração de procedimento disciplinar ser subordinada ao pagamento de uma quantia que não seria reembolsada no caso de a queixa se revelar infundada.

Preocupantemente, tem-se verificado nos últimos tempos uma tendência crescente para que as partes nos processos participem disciplinarmente, e até criminalmente, contra os advogados da parte contrária, acusando-os de difamação por narrarem nas suas peças processuais os factos que lhes são transmitidos pelos seus clientes. Tal actuação é inadmissível, por pôr em causa os mais elementares fundamentos do exercício da advocacia. É evidente que os advogados têm não só o direito mas o dever de levar aos processos os factos que os seus clientes lhes narram, desde que sejam plausíveis e relevantes para a decisão da causa; e não têm obrigação nem sequer possibilidade material de se assegurarem previamente de que tais factos são verdadeiros. Assim, se difamação houver ela é cometida pelo cliente e não pelo advogado.

É pois profundamente lamentável que colegas se prestem a patrocinar essas causas e que magistrados do Ministério Público lhes dêem seguimento. O Conselho não deixará de estar atento ao comportamento desses colegas e de participar ao Conselho Superior do Ministério Público eventuais abusos que venham ao seu conhecimento.

###

Infelizmente, porém, nem todas as queixas são infundadas. Daí que no ano de 2002 o Conselho tenha proferido 35 condenações: 18 em advertência, 11 em censura, 5 em multa e uma em suspensão por três anos e seis meses.

Esta suspensão por tal período foi a pena mais grave aplicada pelos órgãos disciplinares de Coimbra, pelo menos nos últimos quarenta anos, que são os de que há memória.

As penas aplicadas poderão parecer relativamente leves, quando comparadas com as aplicadas por outros Conselhos. Tal não se deve porém a qualquer laxismo ou complacência. O que acontece é que no âmbito do nosso distrito judicial são felizmente raras as infracções disciplinares graves, não se fazendo sentir grandes exigências de prevenção geral. A verdade é que tais penas se têm revelado suficientes para manter um nível de observância das normas deontológicas elevado, porventura superior ao verificado nas áreas de jurisdição daqueles outros Conselhos que aplicam sanções mais pesadas.

Por outro lado, o Conselho actua com a máxima severidade quando tal se mostra necessário. Assim, no ano que findou foi decidido cancelar a inscrição na Ordem, por falta de idoneidade moral, a um advogado que foi condenado várias vezes por infracções disciplinares muito graves.

##

Apesar do enorme esforço desenvolvido por todos os membros do Conselho, não foi possível, no ano que findou, diminuir o número de processos pendentes. Com efeito, o número de processos resolvidos (395), embora tenha sido bastante superior ao de participações autuadas (338), foi ligeiramente inferior ao número de processos instaurados (411). A diferença deve-se a que algumas participações dão lugar a dois processos sucessivos, o primeiro de apreciação liminar e o segundo disciplinar.

O aumento – 16 processos – não é importante; no entanto o Conselho, no ano que ora se inicia, vai redobrar de esforços no sentido de diminuir a pendência.

Em contrapartida, reduziu-se substancialmente o atraso dos processos.

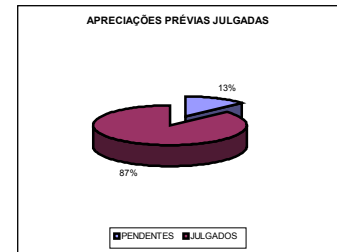
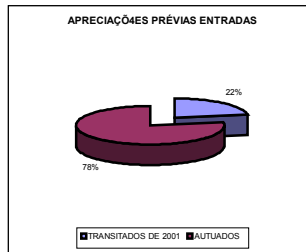
Assim, no que toca a processos de apreciação liminar, no início do ano de 2002 encontravam-se pendentes processos instaurados em 1998, 1999, 2000 e 2001; actualmente já nenhum desses processos se encontra pendente no Conselho, e o processo pendente mais antigo é o número 100 de 2002.

Quanto a processos disciplinares, havia no início do ano 2 processos de 1998, 41 de 2000 e 88 de 2001; no fim do ano havia apenas um de 1998 – que não pôde ainda ser

resolvido por a sua resolução estar dependente da decisão de um processo crime que ainda não terminou –, 14 de 2000 e 41 de 2001; todos os restantes foram instaurados já em 2002.

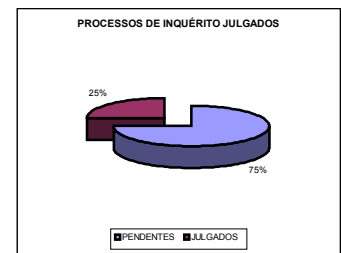
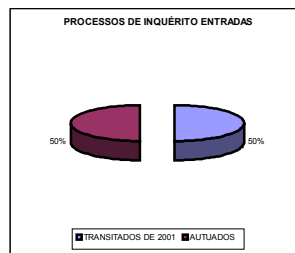
APRECIÇÕES PRÉVIA

TRANSITADOS DE 2001	72
AUTUADOS	254
PENDENTES	43
JULGADOS	283



PROCESSO DE INQUÉRITO

TRANSITADOS DE 2001	2
AUTUADOS	2
PENDENTES	3
JULGADOS	1



PROCESSOS DISCIPLINARES

TRANSITADOS DE 2001	128
AUTUADOS	156
PENDENTES	172
JULGADOS	112

